



## “Bichas podres”: política identitária e categoria acusatória<sup>1</sup>

Tiago Duque<sup>2</sup>

**Resumo:** Este texto discute política identitária a partir da categoria acusatória *bicha podre*. Utilizou-se o referencial teórico da Teoria Queer e pesquisa etnográfica (observação e entrevistas offline e online). A partir dos usos dessa acusação na cidade de Campinas (SP), especificamente entre os frequentadores/as do bar Sucão, reflete-se sobre os limites em pensar novos projetos de vida para adolescentes e jovens tidos como “mais vulneráveis”. Conclui-se propondo o enfrentamento às ciladas desafiadoras das políticas de representação via as identidades anunciadas a partir do lócus das *podres*, no sentido de legitimá-las; mais do que acabar com a sua vergonha e estigma – tentando torná-las cada vez mais *normais*.

**Palavras chaves:** Política identitária, categoria acusatória, bichas podres.

**Abstract:** This paper discusses policy identity from the accusatory category “bichas podres”. This research follows a Queer Theoretical approach with an ethnographic field that united observation and online/offline interviews. From the uses of this charge in the city of Campinas (SP), specifically between the costumers of the bar named “Sucão”, it is reflected about the limits on thinking new projects of life to adolescents and young people considered “most vulnerable”. It is concluded by proposing facing the challenging pitfalls of representation policies, which legitimize the identities announced from the locus of rotten instead of ending their shame and stigma – trying to make them increasingly usual.

**Keywords:** Identity politics, accusatory category, “bichas podres”

**Resumen:** Este texto discute política identitaria a partir de la categoría acusatoria *bicha podre*. Fue utilizada la referencia teórica de la teoría Queer e investigación etnográfica (observación y entrevistas offline y online). A partir de la utilización de esas acusaciones en la ciudad de Campinas (SP), especificamente entre los que asisten al bar Sucão, se reflexiona sobre los límites de idear nuevos proyectos de vida para adolescentes y jóvenes considerados como los “más vulnerables”. Se concluye proponiendo enfrentar a las trampas desafiantes de las políticas de representación por medio de las identidades anunciadas a partir del locus de los *podres*, con la intención de legitimarlas; más que terminar con la vergüenza y estigma – intentando tornarlas cada vez más normales.

**Palabras clave:** política identitaria, categoría acusatoria, bichas podres

(01:31:39) **HSH reservadamente** fala para **Julio**: certo, mas qual é o tipo de gente que dá lá?

(01:31:41) **Ativoo** entra na sala...

(01:31:42) **Enfermeiro46HxH** entra na sala...

(01:31:55) **Julio (reservadamente)** fala para **HSH**:  
rsrsrsrsrkakakkak prefiro nen comentar rs

1 Parte da reflexão presente neste texto é uma versão revista e atualizada da apresentação oral realizada no “Seminário (homo)sexualidades, juventudes e violências”, organizado pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), de 5 a 6 em setembro de 2011.

2 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Pantanal (UFMS-CPAN). E-mail: tiago.duque@ufms.br

(01:31:59) **Ativoo** (*reservadamente*) fala para **Todos**: algum cara com corpo legal e discreto??

(01:32:00) **Chac.primav.HxH** entra na sala...

(01:32:05) **HSH** reservadamente fala para **Julio**: Não entendi...

(01:32:20) **Ativoo** (*reservadamente*) fala para **Todos**: algum cara com corpo legal e discreto??

(01:32:23) **Julio** (*reservadamente*) fala para **HSH**: olha prefiro não comentar o tipo de gente que da lá saca...

No trecho em destaque acima, retirado da sala UOL Campinas (SP) de bate-papo<sup>3</sup>, isto é, de uma sala voltada para o público não gay, sob o apelido de HSH (Homem que faz Sexo com Homem<sup>4</sup>), em um início de tarde de quinta-feira do mês de agosto de 2011, entro e pergunto se há alguém que “curte” frequentar o bar Sucão, situado no marco histórico e turístico do centro da cidade de Campinas, na praça Bento Quirino, onde se encontram os restos mortais de Carlos Gomes. “Julio” me responde que conhece, mas não frequenta. Então, ao perguntar que “tipo de gente” frequenta o local, segundo as respostas de “Julio”, compreendo que na sua visão é um tipo de gente risível, que não merece comentários, debochadamente desprezível, como comumente escuto de outras pessoas na cidade. É fundamental observar que no trecho do meu diálogo com “Julio” é revelada a presença de outras pessoas na sala que, além de terem apelidos que visibilizam práticas sexuais entre homens, também denunciam o foco do desejo de muitos homens com desejos homo-orientados<sup>5</sup>, sejam estes frequentadores deste tipo de sala virtual, sejam de tantos outros espaços de sociabilidade deste público: “algum cara com corpo legal e discreto”.

A partir da crítica percepção de parte dos frequentadores “discretos” em busca de outros “discretos” no espaço virtual, bem como da própria descrição do bar Sucão que farei a seguir, quero corroborar a afirmação de que “vista desta forma, a internet revela a sua dupla face: facilitadora de contatos e constituições de redes, mas mantenedora da imagem dominante do espaço público como sinônimo de heterossexualidade” (MISKOLCI, 2009, p.176).

O bar Sucão é um local de *bichas podres*, como costume ouvir de rapazes *mais discretos* que não gostam de frequentar o local. A maioria dos/as frequentadores/as se concentra no período da noite, em especial na sexta-feira e sábado, e nas tardes quentes de domingo. Os/as clientes são lésbicas, gays e algumas travestis bastante jovens. Muitos/as destes/as, quando não são dos bairros mais periféricos na cidade, vêm de outros municípios próximos, como Sumaré e Hortolândia. Junto dos *viados*, como este público é chamado por muitos munícipes que passam pelo local, também se encontram moradores de rua, trecheiros, punks, emos e vendedores de artesanato.

3 <http://batepapo.uol.com.br/bytheme.html?nodeid=488260>

4 Sobre o trânsito da categoria HSH, desde os contextos opressores do enfrentamento da epidemia de aids nos EUA até o seu uso aqui no Brasil pelos ativistas Gays em meio aos gestores responsáveis por políticas públicas na área as saúde, ler Duque e Pelúcio (2010).

5 Utilizo a expressão “homo-orientado” para designar a orientação sexual entre pessoas com a mesma identidade de gênero. Evito o emprego da categoria “homossexual” devido ao seu histórico-patologizante no campo médico-psi.

As *bichas velhas*, como são chamados os homens mais velhos que frequentam o bar, também dividem o espaço com os/as demais frequentadores/as. Elas, por sua vez, são poucas e costumam ficar sentadas nas mesas, conversando e bebendo. Já a maior parte dos/das jovens não consome no bar, entram para usar o banheiro e ficam do lado de fora, em grupos, sentados/as no chão da praça. Às vezes eles/elas trazem as bebidas de outros lugares, neste caso, comumente garrafas de vinho visivelmente barato. O som alto de diferentes estilos musicais vem da máquina “Jukebox” que, com fichas baratas, toca aquilo que a clientela noturna do bar selecionar.

O bar não foi aberto para atender esse público, mas fora do horário e dias comerciais a sua clientela é majoritariamente de sujeitos que buscam relações afetivas e sexuais com outros do mesmo sexo, comunidade que, ao longo dos últimos anos, tem aumentado cada vez mais<sup>6</sup>. Durante o horário comercial, nas manhãs e tardes de segunda às sextas-feiras, a frequência é de trabalhadores/as do comércio da região central ou de adolescentes, alunos/as de um colégio técnico particular que fica próximo da Praça. Segundo relatos de alguns conhecidos, caso apareça algum casal de homens ou mulheres nesses dias e horários, ouve-se do responsável que “a putaria é só à noite”. Os garçons são orientados a separar ou impedir qualquer gesto de carinho entre casais não heterossexuais, o que não acontece durante os outros dias e períodos, quando é muito comum, dentro e em frente ao bar, na praça, muitos casais gays e lésbicos permanecerem abraçados e se beijando, o que também faz com que muitos curiosos passem pelo local, a pé ou de carro.

Nos dias já citados de maior frequência de homo-orientados/as, por volta de uma hora da madrugada, o bar é fechado, considerando que o movimento cai rapidamente entre as vinte e três horas e a meia noite. Parte dos/as clientes vai a outros bares e boates, enquanto outros/as se dirigem aos pontos de ônibus para retornar aos seus bairros ou cidades.

Os outros bares da Bento Quirino são de públicos muito diferentes desse: clientes de classes economicamente privilegiadas, tidos como mais refinados, alguns com música ao vivo. Parte deles evitou, por muito tempo, atender travestis e *as bichas mais confiadas*, isto é, nas palavras de um dos garçons, *escandalosas*. No entanto, o aumento da presença desses sujeitos na Praça também atraiu maior movimento aos estabelecimentos, o que fez com que os responsáveis cedessem.

No Sucão, é frequente ocorrerem desentendimentos, brigas e confusões. Muitas vezes a polícia militar e a guarda municipal são chamadas para tentarem resolver a situação. Isso ocorre quando os seguranças particulares dos estabelecimentos ou seus proprietários não conseguem conter a confusão. Pequenas brigas e desentendimentos são também interrompidos por amigos/as dos/as envolvidos/as ou pelos próprios seguranças.

Esse espaço foi classificado pela rede de proteção a crianças e adolescentes (que envolve setores governamentais da Secretaria de Assistência e Inclusão Social do município de Campinas e organizações não governamentais voltadas para o atendimento a esta população) como sendo de alto risco social, considerando as experiências de tráfico de drogas, violência e de *Exploração*

<sup>6</sup> Segundo dados obtidos no campo, o Sucão ficou conhecido como um “point” para encontros entre homo-orientados a partir de uma iniciativa de mulheres lésbicas. Elas começaram a marcar encontros via Internet há quase uma década.

*Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA)*. É também foco de várias atividades do Programa Municipal de DST/Aids de Campinas (da Secretaria Municipal de Saúde), por ter alta concentração de HSH, população tida como uma das mais vulneráveis a infecção do vírus HIV.

O movimento social voltado à questão da diversidade sexual na cidade de Campinas também ocupa o espaço da Bento Quirino. Seja para desenvolver atividades políticas (por exemplo, reuniões temáticas a protestos contra a violência homofóbica na cidade), para a divulgação de atividades organizadas pelos/as militantes ou simplesmente tomar cerveja e conversar.

Mais do que descrever as experiências observadas e vivenciadas junto aos frequentadores/as deste lugar, proponho neste texto uma reflexão sobre como o uso que fazem da categoria *bicha podre* pode nos ajudar a pensar possibilidades de ações diante deste público, especialmente em relação às pessoas mais jovens, no que se refere à diminuição da violência e a garantia de mais direitos.

Este trabalho é fruto de pesquisa etnográfica offline realizada no bar Sucão, na praça onde ele se localiza, e em outros lugares como os do movimento social LGBT. Além disso, imersões etnográficas online também foram realizadas – como na Sala UOL, já citada anteriormente. De um modo geral, reúno fragmentos do campo feito para diferentes pesquisas (Duque 2011, Duque 2013; Pelúcio e Duque, 2013), realizadas em momentos distintos, com enfoques diversificados, na cidade de Campinas<sup>7</sup>. Apesar desses campos com diferentes objetivos, reúno aqui os dados que se referem ao emprego da categoria *bicha podre*, comum em todos eles, que desde o primeiro momento havia chamado a minha atenção, mas ainda não tinha tido a oportunidade de refletir sobre seus usos.

### **1. Teoria, categorias acusatórias e políticas públicas/direitos**

Parte do referencial teórico deste texto é o que se tem compreendido como Teoria Queer. Como sabemos, o queer é uma categoria acusatória local estadunidense que pode significar excêntrico, esquisito, diferente; bem como o pervertido sexual, marginal, estigmatizado ou anormal. Marcia Ochoa (2004) propõe chamarmos a atenção para as nossas próprias categorias locais de rechaço social ao invés de buscarmos traduções de queer, é neste sentido que darei destaque às *bichas podres*, em uma reflexão que seguirá em outro item deste texto. Segundo essa autora, é assim que ganhamos mais em nossos exercícios investigativos, atentando-nos aos nossos próprios xingamentos, aos nossos próprios escândalos e às questões locais em que eles se inserem (Idem, p. 254).

Nos EUA, durante a organização da Parada do Orgulho Gay de São Francisco em 1993, o movimento queer teve seu marco de contestação contra a pauta política do movimento homossexual americano. O incômodo geral pela proposta queer deveu-se à crítica dirigida à agenda de luta do movimento que se pautada pela afirmação do orgulho em busca da *libertação sexual*, enquanto os/as queer propunham a constituição de uma política mais radical e não-assimilacionista. Ao invés de celebrar o Orgulho Gay, a proposta queer propõe partir da

---

<sup>7</sup> Uma reflexão detalhada sobre a metodologia, especialmente a forma que estabeleci o vínculo e as condições éticas para o início do trabalho de campo para as pesquisas aqui citadas, pode ser conferida em Duque (2012).

experiência social da vergonha como meio para trazer ao discurso as formas como a nossa sociedade construiu a fronteira entre a aceitação e o rechaço social com eixo na sexualidade. Tal possibilidade contrasta fortemente com as bandeiras hegemônicas que têm como objetivo a assimilação nos termos dados e que, portanto, apontam para a normalização como passo supostamente inevitável para se alcançar a igualdade política, a qual, no presente, tende a ser confundida com a obtenção de direitos como o casamento e adoção de crianças (MISKOLCI, 2011, p. 39).

Por isso, desde sua origem, no contexto norte-americano de fins da década de 1980, a Teoria Queer propõe alterar o foco de uma exclusiva preocupação com a opressão e a libertação dos sujeitos homossexuais para a análise das práticas institucionais, da produção dos conhecimentos sobre a sexualidade, bem como do modo como eles organizam a vida social. Busca-se atentar, em particular, para o modo como esses conhecimentos e práticas sociais oprimem diferenças (SEIDMAN, 1996, p. 13). Ou seja, desfocar análises de sujeitos *normais*, para as normas sociais que os constituem como tal. Neste marco, os estudos de Foucault e parte dos estudos feministas são os aportes inspiradores dessa teoria.

Segundo Richard Miskolci e Larissa Pelúcio (2006), a Teoria Queer busca apontar e compreender o conflito entre os sujeitos e a ordem de gênero vigente. Nesta perspectiva o

compromisso político é o de evidenciar a produção de diferentes identidades não categorizáveis e a necessidade de mudar o repertório existente para que os indivíduos qualificados como menos-humanos, perseguidos, até mesmo assassinados, possam encontrar um mundo habitável e mais acolhedor (Idem: 265).

Ainda sobre a reflexão queer, Annamarie Jagose (1996) afirma que ela acessa uma teorização de identidade pós-estruturalista, apontando para uma crescente consciência das limitações das categorias identitárias em termos de política de representação. Assim, “ela origina uma nova forma de identificação pessoal e organização política” (Idem, p. 77-78), “sem deixar de lado experiências de gays e lésbicas, mas incluindo todas aquelas identificações sexuais que não são consideradas normais ou aceitas” (Idem, p. 98).

Um dos desafios é partir desta análise para pensar políticas públicas no contexto brasileiro considerando que parte do Movimento Social LGBT tem criado uma interpretação de que vivemos em um momento de separação/oposição entre queer e identitários, isto é, acadêmicos e ativistas<sup>8</sup>. Essa suposta separação é bastante sintomática à resistência desse grupo à criação de um diálogo mais crítico com o Estado, às pressões conformistas do mercado e, sobretudo, demonstra a crescente desconfiança de vários ativistas com relação à universidade, que tem sido encarada como *competidora* pela representação política ou de demandas dentro de uma agenda de política sexual em manutenção (MISKOLCI, 2011).

Nesse sentido, penso como Fátima Lima (2014), que reconhece as possibilidades de produzir políticas queer somente se a potência de resistir continuar reinventando outros/novos modos de

<sup>8</sup> Esta suposta separação foi visibilizada de forma polêmica em dois eventos de cunho nacional, no Stonewall 40+ o que no Brasil?, realizado em Salvador pelo CUS – Grupo de Pesquisa em Cultura e Sexualidade, e no VIII Encontro Nacional da Diversidade Sexual (ENUDES), em Campinas, organizado pelo Identidade – Grupo de Luta pela Diversidade Sexual e outros parceiros. Ambos ocorreram no ano de 2010.

vida. Por isso, vejo que um dos caminhos de enfrentamento a essa realidade brasileira é valorizar, como já tem sido feito por alguns ativistas (na universidade e fora dela), a estratégia de enfatizar os mecanismos e os processos que provocam injúria e abjeção, mais do que enfatizar identidades e comportamentos pessoais tomados de maneira generalizada ou, se preferirem, adotados sob um *essencialismo estratégico* como sendo a saída *menos ruim* para as nossas lutas.

Ao falar em mecanismos e processos que produzem constantemente injúrias e abjeção, podemos estabelecer produtivas alianças com outros movimentos sociais. Podemos construir lugares de diálogos e luta que cruzam barreiras de cor, raça, classe, religião, gênero, sexualidade, etc. (SEFNNER, 2011, p. 76).

Mas, para a alteração do foco do orgulho para a vergonha, das identidades *politicamente corretas* para os processos de difamação, inclusive os mantidos entre LGBT, é fundamental reconhecermos que

Há muito é perceptível que há graus diversos de subalternização social entre as homossexualidades e o que rege esta distribuição desigual da vergonha está tanto nas expressões de preconceito e discriminação quanto no que o mercado e o Estado acenam como formas de aceder à igualdade social e jurídica (MISKOLCI, 2011, p. 51).

Em outras palavras, “a euforia pela conquista de direitos não pode nos fazer esquecer que muitos destes ‘direitos’ são no fundo amarras tirânicas em formas de experimentação dos prazeres e modos de ser da população LGBT” (SEFNNER, 2011, p. 65). Isso, ainda, sem levar em consideração que, segundo Bento,

há um *modus operandi* historicamente observável das elites que estão majoritariamente nas esferas da representação política no Brasil, qual seja: a votação/aprovação de leis que garantem conquistas para os excluídos (econômicos, dos dissidentes sexuais e de gênero) são feitas a conta-gotas, aos pedaços. E assim se garante que os excluídos sejam incluídos para continuarem a ser excluídos (2014, p. 166).

## 2. Pânicos Morais e Projetos de vidas

Assim como Ochoa, acredito que “é fundamental para qualquer projeto de transformação social lidar com a complexidade, e com os sujeitos que frustram” (2004, p. 242). Diante da realidade da cidade de Campinas, os frustrantes sujeitos podem ser vistos em diferentes perspectivas e contextos. Em se tratando de juventude, gênero e sexualidade, nas experiências das travestis adolescentes, ou de meninos que se vestem como mulher, parece-me central o entrecruzamento de reiteração e, ao mesmo tempo, transformações de convenções sociais que criaram uma realidade de pânico moral.

Entendo pânico moral como a identificação coletiva de um fenômeno social considerado ameaçador à coletividade, em especial a seus valores e normas. “O que se teme é uma suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis, mas que detém um *status* valorizado como a família e o casamento” (MISKOLCI, 2007, p. 112).

A política simbólica que estrutura os pânicos morais

costuma se dar por meio da substituição, ou seja, grupos de interesse ou empreendedores morais chamam a atenção para um assunto, porque ele representa, na verdade, outra questão. [...] Todo pânico moral esconde algo diverso e, ao invés de aceitar um temor social como dado, o pesquisador precisa desvelar o que reside por trás do medo (Idem, p. 114)

Stanley Cohen, na década de 1960, criou o conceito de pânico moral para caracterizar a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem ao rompimento de padrões normativos. Quando esses rompimentos se dão na esfera da sexualidade, eles se caracterizam como pânicos sexuais, fenômeno estudado por Gayle Rubin em suas três maiores expressões históricas, em seu já clássico artigo *Pensando sobre sexo* (1984). Segundo ela, esse foi o pânico criado em torno da prostituição, devido à epidemia de sífilis em fins do século XIX, o pânico homossexual, que marcou a década de 1950 e, por fim, aquele que provavelmente foi o maior de todos, ou seja, o pânico sexual da aids nas décadas de 1980 e 1990.

Na realidade local de Campinas, uma das manifestações de pânico sexual com relação ao tema da sexualidade na adolescência, especialmente em se tratando de travestis adolescentes, se deu em meados de 2003, devido à visibilidade da prostituição de travestis bastante jovens no bairro Bosque, região central da cidade. Essas intervenções estão fundamentadas em valores e perspectivas que, de diferentes formas e intensidades, também justificam ações na já citada Praça Bento Quirino. Afinal, após toda a polêmica da realidade do bairro Bosque, é que as ações de enfrentamento a ESCCA ganharam força na praça onde fica o bar Sucão.

Nos primeiros meses de 2005, houve forte pressão dos dois comandos policiais responsáveis pela região do bairro, onde fica o Bosque dos Jequitibás. As travestis eram obrigadas a caminhar de um lado para outro da avenida principal, que divide aquele bairro, até a exaustão. Pois, cada comando responsabiliza-se por um lado da Avenida Aquidabã. Assim, nenhum dos dois comandos autorizava a permanência das profissionais do sexo em suas respectivas regiões (DUQUE, 2005). Nenhuma dessas ações atingiu seu objetivo. Em 2003, os moradores, para inibir as travestis e os que buscavam seus serviços no mercado do sexo de frequentarem aqueles logradouros, chegaram a fotografar as placas dos carros dos clientes das travestis e divulgar na internet (REI, 2003). No mesmo ano, esses munícipes realizaram uma passeata com *apitação* para expulsar as travestis das ruas (SILVA, 2003). Também em 2003 a Câmara dos Vereadores aprovou uma moção que “requer providências das polícias civil e militar em Campinas para a retirada de travestis da região do bairro Bosque dos Jequitibás” (MOÇÃO, 2003).

Corroborando o fato das intervenções locais junto às travestis ser uma questão moral-sexual, por exemplo, o relato de um morador a um jornalista. Percebe-se que o pânico é em nome da ordem social que oferece status a família canônica e aos costumes mais conservadores: “Quem tem filhos ou filhas de qualquer idade não pode morar nesta região, pois os travestis ficam sem roupa quando chega a noite” (REI, 2003). Outro depoimento que remete a real motivação para um pânico moral em relação às travestis em Campinas é a fala de um dos vereadores da cidade durante um debate público na Câmara Municipal sobre a realidade de prostituição no bairro Bosque:

em nome da democracia, nós temos que observar que fazem tremendos absurdos. Nós temos conosco, que ninguém pode interferir na liberdade de ir e vir, mas eu entendo também que essa liberdade de ir e vir não me dá o direito de exibir os meus dotes físicos em público diante das crianças, de famílias. Isso é uma questão de responsabilidade (DEBATE, 2003, p. 30).

O vereador prossegue fazendo uma crítica aos “programas humorísticos de mau gosto”. Para essa autoridade, esses programas em que homens estão constantemente se travestindo de mulheres “é um incentivo também, que passa pela crise moral que passa o país”. Diz ele: “Não sou paladino da moralidade, nem da justiça, mas eu creio que, na verdade, se vai incentivando esta prática” (Idem, p. 32).

Nesse contexto local, em meio às reações repressoras e de controle, os/as adolescentes desenvolveram formas diversas de enfrentar as rejeições àqueles/as que buscam uma vivência da sexualidade e uma construção dos corpos em contradição com as normas socialmente compulsórias. A essas formas, contrapõem-se, comumente, várias práticas, como, por exemplo, a de muitas instituições e setores públicos voltados à *proteção* das crianças e dos/as adolescentes na cidade. Essas práticas podem ser vistas aqui, de uma maneira abrangente, centradas no que se pretende com a intencionalidade de pensar e fazer-se cumprir um *projeto de vida*. Explico: segundo a lógica da profissão do/da educador/a social de rua em Campinas, esse tem participação fundamental na possibilidade de tentar fazer com que adolescentes se disponham a contar o seu histórico e a materializar um *projeto de vida* fora da prostituição e sem o uso de drogas ilícitas, ou seja, nas palavras desses/as profissionais, “que este menino ou menina passe a buscar expansão da possibilidade de sua realização” por “novos caminhos” (CRAMI, 2006). Enfim, os adolescentes precisam mudar, mesmo que nada ao seu redor mude. Responsabilizar os indivíduos é uma das maneiras de não focar nas mudanças necessárias pelas quais as normas e convenções sociais precisam passar.

Não há dúvidas de que há estratégias para o enfrentamento das tentativas de não permissão de experiências de sexualidade e gêneros tidas como “trans” na adolescência, e mecanismos de lidar com o rechaço social, inclusive do próprio universo de homo-orientados, de ser uma *bicha tipo Sucão*. Por isso, acredito que, para pensar em projetos de vida para pessoas tidas como exploradas, devemos olhar para as identidades enquanto processos históricos de significação, e, nesse caso, inclusive, para os usos de categorias acusatórias como *bichas podres*. Esses usos, como observado em campo, não tiram o que há de negativo dessa categoria, mas são estrategicamente tomados em uma lógica positiva para a constituição identitária desses sujeitos, como ouvi certa vez de uma interlocutora: “Ser podre é tudo de bom, a gente samba na cara da sociedade”. O “sambar na cara da sociedade”, nesse caso, é o mesmo que se impor do lugar de certa inferioridade moral que se ocupa nos processos de hierarquização social, isto é, mesmo sem negar o estigma, não deixar-se fazer inferior. Outro depoimento corrobora essa lógica: “Sou podre mesmo, e daí?! Não vou mudar, e quero ver quem vai me encarar”.

### 3. Afinal, quem são as *bichas podres*?

Como defende Fernando Seffner, “acho que temos, na bichice, recursos suficientes para inventar o mundo. Inventarmos mundos. E não apenas copiar os que os demais já têm” (2011, p. 70). É nesse

sentido que me esforço para usar a categoria êmica acusatória de *bicha podre* também como uma categoria analítica e propositiva do ponto de vista político. Evidentemente, sem deixar de lado este seu potencial violento de insulto e acusação em diferentes ambientes, inclusive no virtual, como revelado no início deste texto.

Seffner propõe um “pequeno exercício” que vejo como uma possibilidade de sofisticação da categoria *bicha* enquanto uma categoria analítica nos termos queer:

Via Google imagens, coloque primeiro o termo *gay*, simplesmente isto. Verá aparecer uma coleção de corpos sarados, malhados, brancos, seminus, jovens, depilados. Tente então Gay Brasil, para termos a cor local do país. Praticamente isto se repete, não aparecem quase indivíduos negros, pardos ou mulatos. O tal “tempero moreno” nacional não se faz presente. Agora coloque o termo *bicha* no buscador, apenas isso. As imagens que contemplam negros, pardos, mulatos, velhos, homens maduros, homens de bigode e calcinha, ao lado é claro de boa quantidade de jovens, sarados, loiros, depilados de sunga. As travestis aparecem em maior número também quando a busca se faz por *bicha*, bem como as pintosas e as bichas efeminadas. Não tenho dados ao meu favor, mas penso que os mais atingidos pela homofobia/heterossexicismo são gays afeminados, pintosas, e travestis, muito mais do que brancos, sarados, jovens e discretos. (2011, p. 75)

Nesse sentido, as *bichas* tem cor, raça, idade, gênero e sexualidade que, em um entrecruzamento, nos diz sobre quais imagens e significados são usados em um apelo acusatório ofensivo, especialmente quando associado ao adjetivo *podre*, que também segundo o espaço virtual pode se referir a estragado, corrompido, em decomposição, deteriorado, fétido<sup>9</sup>. Ainda abusando desse exercício encontramos ao digitar a palavra *podre* no *Google Imagens*, em primeiro lugar, fotos de corpos femininos (possivelmente mulheres) gordas, aparentemente pobres, de cor mais escura, em meio a imagens de alimentos e outras de substâncias em decomposição. Ao digitar *bicha podre*, o que me chamou a atenção entre todas as imagens foi a de uma que se repete. É de um galã e de um *homossexual assumido* que participaram de um reality show no Brasil durante este ano de 2011. Na intenção de denunciar o galã também como gay, dispara o *assumido*: “Monga, péssima, passiva, insuportável, podre, bicha uó, Deus me livre! Prefiro eu. Podre, viadão, nem de graça.<sup>10</sup>” Essa última alusão ao *bicha podre* revela as imponderáveis dinâmicas do seu uso, que aqui foi disparado por um homem não heterossexual contra um homem reconhecido midiaticamente como galã (bonito, másculo, branco).

O que de melhor reconheço na categoria *bicha podre* é essa multiplicidade êmica de usos, especialmente, entre as próprias rechaçadas. Avalio como politicamente potente essa ressignificação e o reuso que fazem do xingamento vergonhoso, sem, contudo, torná-lo limpinho ou objeto de orgulho. Mas, aqui é o seu uso “entre pares” que mais me interessa, isto é, não vindo como xingamento daqueles que, igualmente homo-orientados ou não, não se sentem como elas, mas o uso de identificação delas para consigo mesmas.

Assim, partindo do uso de *bicha podre* delas por elas mesmas, seleciono algumas cenas em que pude presenciar (ainda que algumas de forma muito sutil e quase silenciada) a alusão a essa categoria.

9 <http://www.dicio.com.br/podre/>

10 <http://www.correio24horas.com.br/blogs/bbb/?p=790>

Ficará claro nos relatos que *bicha podre* é, às vezes, uma autoidentificação, e, em outras, uma forma de insulto contra elas. Dessas cenas, penso em apontar possíveis aprendizados que podem ser problematizadores de ações em prol de contextos sociais menos violentos no que se refere ao gênero e a sexualidade das *montadas* (daquelas vestidas comumente com roupas de mulher) e, evidentemente, de outros grupos subalternizados.

#### Cenas 1 e 2

É noite na Praça Bento Quirino. Em frente ao bar conversamos eu e dois ativistas de Campinas, um deles, o mais jovem, *montado*. Usava um vestido longo florido com desenhos grandes e de cores pastéis, com um salto de sapato relativamente baixo se comparado aos que já o tinha visto usar. Na cabeça usava um chapéu de palha de abas finas e alongadas, com um lenço do mesmo tecido do vestido. Colares discretos e uma maquiagem tipicamente de uma adolescente. Em segundos ele desaparece de nossa frente e quando percebemos, em um gesto ágil e bastante másculo, com um golpe com os pés para o ar (como uma espécie de *voadora*) consegue separar uma briga que havia se iniciado e que não tínhamos percebido. Todos os demais frequentadores da Praça, vários mais altos do que o amigo *montado*, se olham surpresos e escandalizados. Ninguém tinha se atrevido a separar a briga porque as duas bichas lutavam “que nem homem”. Ao se reaproximar me disse: “Às vezes temos que *fazer a linha homem*, deixar a Drag de lado.”

Encontrei depois de alguns meses com esse amigo *desmontado* em um ponto de ônibus. Ao abraçá-lo, eu disse: “Que fina, agora só posa para foto com gente importante”. Fiz referência a foto divulgada dele com um líder político muito popular e importante no Brasil. Logo me avisou: “Fina e podre querida, porque tive que enfrentar a pressão dos outros militantes que quiseram me convencer, lá em Brasília, imagina, de que não era respeitável ir *montada* ver o homem”.

#### Cenas 3 e 4

Havia muita gente na Praça do Sucão, os grupos organizados e os setores governamentais, tanto do município de Campinas, como do Estado de São Paulo, estavam presentes em meio às drags candidatas a cargos públicos em pleno período eleitoral. Os/as adolescentes eram maioria, devido, não somente a presença dessas drags famosas, mas ao fato de que já eram a maior parte dos/as frequentadores/as do local. Além disso, o número de jovens era grande também porque se realizava naquele dia um ato contra a violência sofrida por um adolescente gay por parte de um dos seguranças do bar que divide o espaço da praça com o Sucão. Em meio às clássicas falas políticas, as faixas de protesto e de material de campanha eleitoral, uma fumaça laranja muito intensa cobre parte do local e chama mais atenção que os discursos contra a homofobia. Depois se descobre que a fumaça era ação de um militante de um dos grupos que havia organizado o ato político. Segundo ele, em defesa às críticas que sofreu por tal atitude, não queira ser “a limpinha” de ficar falando contra a violência. Queria “causar”, provocar, “fazer barulho”, porque sempre foi e vai continuar sendo “a bicha podre” e falar em nome do respeito não adianta nada, “temos que provocar”.

Em outra ocasião, a comissão organizadora do VIII Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES) estava reunida para resolver o que faria com as centenas de canecas de plástico incolores e transparentes que o governo municipal havia acabado de entregar. As canecas originalmente tinham sido pensadas na cor rosa, como forma de abusar do estigma referente a esta cor e, além disso, com um logo que havia sido construído a partir da concepção política que o evento trazia. O logo era de partes de diferentes corpos, como: peitos, pênis, vagina, dedos, ânus, língua, boca e bunda. Todos se relacionando e formando o número 8. O logo do governo municipal deveria ser estampado na caneca em uma proporção menor do que o logo criado pelos organizadores do evento. Além da cor e do logo em formato de 8 que haviam sido garantidos e não constavam nas canecas, a prefeitura estampou em destaque (em um tamanho muito maior do que o previsto) o logo do governo municipal com a frase que nesse contexto (como em outros) era absolutamente violenta e irônica: “primeiro os que mais precisam”.

Várias pessoas tinham tido ideias sem sucesso (raspagem, adesivo sobreposto, querosene, lavagem com escova e sabão, etc.) para tirar o logo ou escondê-lo, sem que perdessem as canecas e ao mesmo tempo não gastassem o dinheiro que não tinham para tal “correção”. De repente uma travesti (que conheci, anos antes, em uma das mesas do Sucão) chegou com a caneca sem o logo, como se ele nunca estivesse existido nela. Todos/as ficaram surpresos/as e perguntaram como ela havia conseguido fazer isso tão rapidamente e sem danificar o objeto, visto que o logo era muito difícil de ser eliminado. Ela responde com tranquilidade: “Ah... queridos, com acetona! Sempre tenho comigo um vidrinho para fazer as unhas!”. Entre risos e aplausos escutei em voz baixa, de um dos militantes, e em tom de elogio: “Sua bicha podre!”.

#### Cenas 5 e 6

Um adolescente frequentador da praça Bento Quirino, que estava abrigado em uma instituição de proteção devido ao seu histórico na prostituição enquanto travesti e usuário de drogas, foi levado a um seminário no qual ele representava os/as adolescentes abrigados/as para discutir prevenção às DST/aids. Em determinado momento, foi apontado que o sexo no abrigo onde ele estava (exclusivo para meninos) só existia porque ele tinha sido acolhido naquela instituição. Em seguida, ele retrucou: “o sexo já rolava lá antes de eu chegar. Vocês são iguais a eles e a mim, não resistem a ficar trancado sem sexo”. Um dos educadores lembrando-se desta cena dias depois me disse animado com a crítica que o adolescente fez: “ele fez bem a linha podre”.

Este mesmo adolescente pertence a uma rede de frequentadores/as das atividades do Centro de Referência às DST/Aids da Secretaria Municipal de Saúde. Em uma dessas atividades, que tinha o objetivo de produzir um material educativo com o discurso preventivo às DST/aids para ser distribuídos pelos/as próprios/as adolescentes em seus espaços de sociabilidade, inclusive no Sucão, outro jovem comentou: “Gente, descobri que fazer a chuca com água misturada com uísque dá um barato muito louco”. Outro reagiu: “Ai! Que bicha podre”.

*Chuca* é um termo êmico que corresponde a diferentes técnicas de lavagem anal para que durante

a relação sexual o parceiro que penetrar o ânus de quem fez a lavagem não se suje com fezes. O adolescente que relatou a experiência disse ainda não ter feito, mas estar curioso, porque deve ser *mara*, isto é, maravilhoso.

#### 4. E o que elas têm a nos ensinar?

Segundo Leandro Colling (2011), os limites das nossas políticas identitárias têm inclusive chamado a atenção de pesquisadores que nunca se manifestaram estar ligados às perspectivas queer. Sérgio Carrara é um destes exemplos, considerando a sua afirmação de que “se o imperativo da visibilidade no nível das políticas públicas fortalece certas identidades ou grupos, também os expõem a um controle mais minucioso por parte de diferentes instâncias do poder estatal” (2010, p. 114). Em outras palavras, “há que discutir, finalmente, os perigos da reitificação das identidades sexuais e de gênero em jogo deste contexto e de seu possível impacto sobre políticas e direitos que, por serem ‘especiais’, podem acabar sendo mais excludentes que inclusivos” (Idem).

Mas, como aponta Miskolci,

ao invés de transformar a experiência da discriminação em força política de resistência e questionamento da heteronormatividade, parece mais forte, no contexto brasileiro, a manutenção de uma perspectiva que busca conciliar a armadilha identitária da qual o movimento parece não saber sair (2011, p. 48)

É nesse sentido que as *bichas podres* podem nos ajudar a problematizar as nossas ações em busca de realidades menos violentas. Afinal, o ser *podre* é um *fazer a linha*, absolutamente contextual e não essencialista; é um se fazer como, não sendo. Isso nos ajuda a pensar que não basta encapsulá-lo como uma categoria política-identitária, mas perceber que o que ele denuncia é um conjunto de convenções que passam pelo que se estabeleceu socialmente como padrão ou modelo de ação, inclusive, em nossas próprias formas de nos indignarmos e protestarmos contra a violência. É isso que parece ensinar a atitude de soltar fumaça laranja em um ato político *politicamente correto* (Cena 3).

Ter uma atitude de *bicha podre* é, de alguma forma, realocar a imagem do feminino de forma a se impor a partir dele, nos mostrando que a discrição pode dar espaço a atitudes escandalosas e agressivas de enfrentamento à violência, inclusive a violência mantida entre as próprias insultadas como *podres*. É o que a drag *fazendo a linha homem* com sua maquiagem feminina, vestido florido e *voadora* nos mostra no meio da praça (Cena 1). No entanto, devemos ter claro que “a experiência corporal é uma das dimensões para a produção da rebeldia”. Mas, “a consciência política e a agência transformadora não são determinadas pelas estruturas biológicas, por experiência localizável exclusivamente no corpo” (BENTO, 2011, p. 105).

A participação desses adolescentes em atividades políticas organizadas por diferentes movimentos sociais e em espaços governamentais sem deixar de ser frequentadores do Sucão, lugar de gente do tipo que algumas pessoas “preferem nem comentar”, revela o trânsito e a negociação de significados que precisam ser levados em consideração. E é importante considerar esse trânsito e essa negociação em uma perspectiva mais valorativa ao discutirmos *projetos de vida* para esses/as

tidos/as como explorados/as pelo mercado do sexo, ou até mesmo, pelos contextos de uso abusivo de drogas ilícitas.

Néstor Perlongher (1987), em sua clássica etnografia feita em São Paulo sobre a experiência dos *michês* na década de 1980, propõe reflexões ainda atuais que tenho usado para pensar a realidade dos adolescentes de Campinas. Hoje, assim como na década em que ele realizou o seu estudo, a entrada na prostituição não é mero resultado da impossibilidade de acesso aos paradigmas da normalidade, como as realidades de pobreza e preconceito. O estudo de Perlongher aponta para os itinerários da prostituição como expressão da recusa desses paradigmas de normalidade.

Não é possível negar que a violência é uma importante característica desses contextos, mas, especialmente no caso das travestis, os espaços de prostituição ou de sociabilidade (como o bar Sucão e a praça Bento Quirino) também possuem certas propriedades comuns que passaram pelos mesmos crivos sócio-dinâmicos, com arranjos supras individuais que levam em conta as necessidades coletivas; características essas que fazem possível as suas transformações e construções identitárias.

A seu próprio modo, ele [*a travesti*] delimita um espaço social/sexual que é claramente distinto do mundo da normalidade heterossexual – um espaço que é marcado tanto pelo perigo como pelo prazer, e pela constante inversão do que seriam as convenções aceitas (PARKER, 2002, p. 114-115).

Nesse sentido, Judith Halberstam (2005) afirma que há usos queer de espaço e tempo que se desenvolvem em oposição à família, à heterossexualidade e à reprodução, apontando para experiências fora de marcadores sociais naturalizados como a sucessão (verdadeiro script incentivado socialmente) de nascimento, casamento, reprodução e morte. Como já foi dito, essas experiências estão em contraposição ao que se entende por *projeto de vida* na lógica da rede de proteção.

A *bicha* que derruba *viados* em luta na praça e que é fotografada junto a um reconhecido líder político em meio a ativistas LGBT respeitáveis em Brasília (Cena 2), mostra o quanto precisamos olhar para esses trânsitos das *montadas* em não se preocupar em ser respeitáveis como escolhas potentes para pensarmos nossas ações políticas supostamente voltadas a elas. Assim como é preciso pensar um novo olhar sobre o tipo de igualdade que temos buscado construir em relação a esta população, especialmente os/as mais jovens. A declaração de um adolescente, em um espaço oficial na busca de atendimento à saúde e proteção aos seus pares abrigados/as, de que os profissionais que o atendem são iguais a ele no que se refere à prática do desejo e da sexualidade (Cena 5) é uma estratégia que Márcia Ochoa (2004) defende, ainda que, por parte do adolescente, não seja necessariamente formulada racionalmente nos termos da autora. Segundo a autora, esse “tipo de igualdade” na qual os “normais” equivalem aos “rechaçados socialmente”, e não o inverso, contribui para que aqueles/as que não são desvalorizados/as se manchem e se sujeem, sendo vistos/as assim também de forma menos humana segundo os parâmetros normativos estabelecidos. Ela aponta para a postura queer de os/as tidos/as como “não normais” não afirmarem “eu sou igual a você”, mas, pelo contrário, não se conformar a uma estética “normal” e declararem “você é

igual a mim”. Em outras palavras, ela aponta para a postura queer daqueles/as tidos/as como “não normais” provocarem a identificação/igualdade não pela incorporação e reprodução dos modelos de normalidade, mas convocando os/as normais a se pensarem como iguais aos/às rechaçados/as.

Creio que o enfrentamento à violência sobre outras bases, talvez não tão novas, está na metáfora do uso do poder do pequeno e leve frasco de acetona diante do pesado e lento poder do Estado (Cena 4). Se inventamos formas estatais de participação e de reconhecimento político, entre outras coisas, para facilitar que as pessoas tenham dinheiro público investido em um encontro como o VIII ENUDS, também podemos inventar estratégias de defesa à sua ação violenta quando essas recaem sobre nós, sem perder o que já conquistamos. E, o que me parece mais animador, sem deixar de usarmos de nossas experiências identitárias. Experiências essas construídas, inclusive, com a ajuda de um frasco de acetona para fazer as unhas.

E, ainda, a despeito do desejo de muitos/as profissionais e militantes da área da saúde em encontrar uma saída segura e duradoura, ou, uma simples tábua de salvação para o desafio da crescente infecção do HIV entre os/as mais jovens, é sempre importante lembrar que a capacidade criativa e a agência transformadora do desejo de muitos desses sujeitos sempre vão re-inventar/re-significar práticas sexuais que comumente são tidas como de maior risco, sendo a maioria delas criadas pelos próprios dispositivos do discurso preventivo. É o que entendemos com a prática valorizada de manter hábitos de higiene corporal para um ato sexual mais saudável, mas que no contexto da *bicha podre*, associada a uma prática sexual anal e com o uso de uísque (que, inclusive, é vetado ao consumo para menores de 18 anos) pode expor os adolescentes envolvidos a situações de maior risco (Cena 6). Isso nos refresca a lembrança de que o “Vista-se! Use sempre camisinha” é apenas uma dimensão das muitas que a atenção integral da saúde sexual precisa atentar-se na adolescência e em outros períodos etários. E, talvez, no conjunto dos fatores de vulnerabilidade, ele seja o menos central. É o que me faz lembrar o depoimento de uma das - para usar um termo êmico e acusatório - *mariconas* entrevistadas por Larissa Pelúcio (2009). As *mariconas*, clientes do mercado do sexo, no olhar de muitas travestis, por buscarem se invisibilizar e negar publicamente os seus desejos, deslocam-se na zona moral da masculinidade: não têm coragem ou honra. Para algumas travestis, as *mariconas* “são tudo *podre*” (Idem, p. 84). Segundo essa autora, o medo que *elas* sentem não é da aids, é de ser *viado*.

## 5. E agora?

O rechaço que sofrem essas *bichas* nos revela o quanto os processos de normalização e de abjeção se esforçam para manter os valores da compreensão binária dos gêneros e da vivência das sexualidades menos escandalosas. As *podres*, sob esses mesmos valores, vão sendo o foco dos vestígios de um pânico moral que, sob o discurso da proteção aos/às mais vulneráveis ou até mesmo sob o argumento da garantia de mais direitos, persiste em oferecer projetos de vida idealizados para a juventude. Esses projetos de vida, ao invés de proporcionar o enfrentamento à violência, buscam convencer os/as mais jovens do que vale e não vale a pena em termos de diferenciação, apresentando-lhes argumentos que pouco valorizam a *bicha tipo Sucão*.

Segundo Sérgio Carrara, é importante reconhecer que, “para enfrentar intelectualmente os desafios hoje colocados pelo processo de afirmação dos direitos sexuais no Brasil, novos modelos de análises precisam ser desenvolvidos” (2010: 144). Como ele, tenho a sensação que existe uma defasagem entre os nossos instrumentais teóricos ou conceituais e as novas realidades que se oferecem à observação. Tenho certo que só podemos nos deparar com essas realidades porque, via a luta identitária, conseguimos atingir alguns direitos, ainda que sob a exclusão de outros. No entanto, minha preocupação é não querer sair bem na foto, arrumadinho para “sermos mercedores dos direitos que queremos obter”, como alertou Seffner (2011, p. 60). Então, a experiência das *bichas podres* me parece um ponto de partida de deslocamentos no que queremos e como queremos garantir mais direitos para a população chamada de LGBT.

Por isso, o enfrentamento às ciladas desafiadoras das políticas de representação via as identidades anunciadas podem ser enfrentadas tomando como base o que já fizemos e conquistamos até aqui, mas sob uma conversão a partir do lócus das *podres*. Creio que é necessário legitimá-las; e mais do que acabar com a sua vergonha e estigma - tentando torná-las cada vez mais *normais* -, é necessário pensar sobre quais valores conquistamos o que temos e, dentre esses valores, de quais podemos abrir mão para ampliar possibilidades de concretização menos violentas de projetos de vidas mais diversos e felizes.

## Referenciais

COLLING, Leandro. “Apresentação – Políticas para um Brasil além do Stonewall”. In: COLLING, Leandro (org). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: UFBA, 2011. pp 7-19. Disponível em <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040\\_cult9\\_RI.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040_cult9_RI.pdf)> Acesso em 21 jul. 2014.

BENTO, Berenice. “Política da Diferença: Femininos e Transexualidades”. In: COLLING, Leandro (org). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: UFBA, 2011. pp 79-110. Disponível em <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040\\_cult9\\_RI.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040_cult9_RI.pdf)> Acesso em 21 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 165-182. Disponível em <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197/10>> 1 Acesso em 20 jul. 2014.

CARRA, Sérgio. “Políticas e Direitos Sexuais no Brasil Contemporâneo”. In: *Bagoas: revista de estudos gays*. Natal: UFRN. V.1, n 1. jul/dez. 2007. pp. 131-147. Disponível em <[http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art08\\_carrara.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art08_carrara.pdf)> Acesso em 3 mai. 2013.

DUQUE, Tiago. Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por. Tese de Doutorado – Campinas: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

\_\_\_\_\_. “Reflexões teóricas, políticas e metodológicas sobre um morrer, virar e nascer travesti na adolescência”. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012. pp. 489-500. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v20n02/v20n02a10.pdf>> Acesso em 25 out. 2014.

\_\_\_\_\_. *Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes*. São Paulo: Annablume, 2011.

\_\_\_\_\_. *Montadas para toda a vida? O uso do silicone líquido na construção da identidade travesti*. Campinas: Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Trabalho de Conclusão de Curso), 2005.

\_\_\_\_\_. e PELÚCIO, Larissa. Homossexualidades, estigmas e o discurso preventivo às DST/aids no Brasil ou como os gays deixaram de ser homens que fazem sexo com homens. Texto apresentado no Grupo de Trabalho: Homossexualidades no Brasil contemporâneo: práticas, saberes e experiências, do 9º *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, realizado em Florianópolis/SC, 2010.

HALBERSTAM, Judith. *In a queer time and place: transgender bodies, subcultural lives*. New York and London, New York University Press, 2005

JAGOSE, Annamarie. *Queer Theory – an introduction*. New York, New York University Press, 1996.

LIMA, Fátima. “É possível um ESTADO\* que abarque a multidão queer? Breves considerações sobre a política sexual na biopolítica contemporânea”. In: *Revista Periódicus* Vol. 1, No 1. 2014. pp. 191-205. Disponível em <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10155/7259>> Acesso em 26 jul. 2014.

MISKOLCI, Richard. “Não somos, queremos – reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea” In: COLLING, Leandro (org). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: UFBA, 2011. pp 37-56. Disponível em <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040\\_cult9\\_RI.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040_cult9_RI.pdf)> Acesso em 21 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. “O Armário Ampliado - Notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet”. In: *Gênero*, v. 9, nº 2, UFF, 2009. pp. 171-190. Disponível em <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/88/64>> Acessado em 29 de nov. 2013.

\_\_\_\_\_. “Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay”. In: Dossiê Sexualidades Disparatadas. n. 28. *Cadernos Pagu*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2007. pp. 101-128. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/06.pdf>> Acesso em 23 out. 2012.

\_\_\_\_\_. e PELÚCIO, Larissa. “Fora do Sujeito e Fora do Lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis”. In: *Gênero*. Niterói: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero-UFF, 2006. P.255-267 Disponível em <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/155/98>> Acesso em 12 set. 2013.

OCHOA, Marcia. “Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la ‘localización’”. En Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*.

Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 239-256. Disponível em <<http://www.globalcult.org.ve/pub/Rocky/Libro2/Ochoa.pdf>> Acesso em 2 dez. 2012.

PARKER, Richard G. *Abaixo do Equador – Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro, Record: 2002.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

\_\_\_\_\_ e DUQUE, Tiago. “...depois, querida, ganharemos o mundo’: reflexões sobre gênero, sexualidade e políticas públicas para travestis adolescentes, meninos femininos e outras variações”. In: *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 44, n. 1, jan/jun, 2013, p. 10-43. Disponível em <[http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v44n1/rcs\\_v44n1a2.pdf](http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v44n1/rcs_v44n1a2.pdf)> Acesso em 24 out. 2014.

PERLONGHER, Néstor. “Territórios Marginais”. In GREEN, James & TRINDADE, Ronaldo. *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo. Editora Unesp, 2005. pp. 263-290.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê – prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality [1984]. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle e HALPERIN, David. (eds.) *The Lesbian and Gay Studies Reader*. Nova York, Routledge, 1993.

SEFFNER, Fernando. “Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT”. In: COLLING, Leandro (org). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: UFBA, 2011. pp 57-79. Disponível em <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040\\_cult9\\_RI.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040_cult9_RI.pdf)> Acesso em 21 jul. 2014.

SEIDMAN, Steven. “Introduction”. In: *Queer theory/ Sociology*. Cambridge, MA, Blackwell, 1996. pp. 1-25.

## Documentos

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS. *Debate público - travestis no Bosque*. Presidido pela vereadora Delegada Terezinha. Transcrição de T. F. BACCHI COMUNICAÇÕES. 11/12/2003.

CAMPINAS/SP. Câmara Municipal. *Moção nº. 93/03, de 19 de novembro de 2003*. Requer providência das Polícias Civil e Militar em Campinas para a retirada de travestis da região do Bosque dos Jequitibás.

CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENÇÃO AOS MAOS TRATOS NA INFÂNCIA – CRAMI. Relatório Final – Projeto/Programa Rotas Recriadas/Enfrentamento ao Abuso e a Exploração Sexual Comercial de Criança e Adolescentes 2005 – 2006. Campinas/SP. 2006.

## Matérias jornalísticas

REI, Gilson. “Internet denuncia clientela da prostituição”. *Correio Popular*. Campinas/SP, p.4, 22 de nov. 2003.

SILVA, Carla. “Protesto com apito agita a noite no Bosque”. *Correio Popular*. Campinas, SP, p. 4, 05 de dez. 2003.